

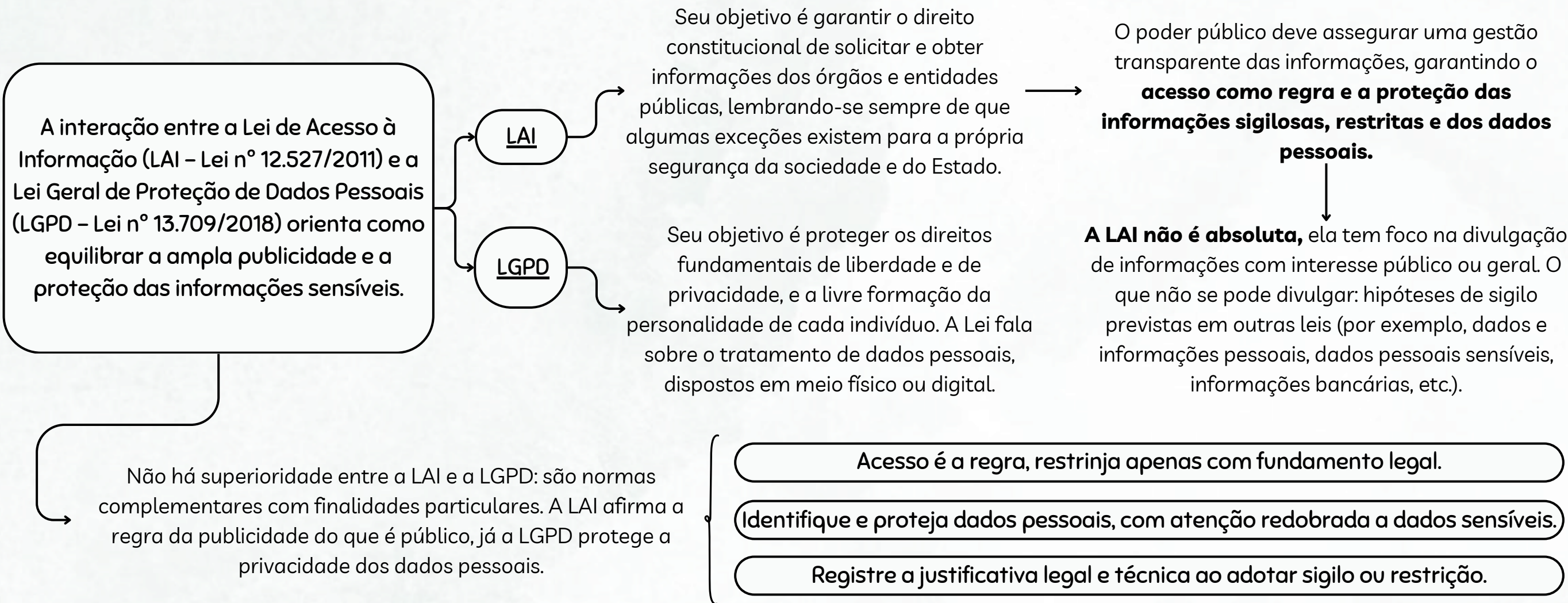
A UFJ está em processo de liberação da Pesquisa Pública do SEI ao público externo (módulo de consulta pública), permitindo que qualquer cidadão acesse e visualize processos e documentos classificados como "Públicos", sem cadastro ou solicitação prévia. Isso torna essencial que os servidores compreendam os impactos diretos de suas decisões sobre classificação de informações.

!

A disponibilização da pesquisa pública do inteiro teor dos documentos e processos eletrônicos administrativos, mediante módulo de consulta pública no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFJ, está programada para **1º de janeiro de 2026**.

Uma classificação incorreta pode gerar a restrição injustificada ou a exposição indevida de informações e documentos. A classificação adequada não é apenas um procedimento administrativo, é um compromisso com a transparência responsável e o respeito aos direitos dos cidadãos.

Fundamentos Legais do Acesso e da Proteção de Dados: LAI e LGPD



Como identificar se o processo ou documento deve ser “Público”?

De acordo com a LAI, o acesso é a regra e o sigilo é a exceção. Por isso, a maior parte dos documentos, dados e informações produzidos e tramitados no SEI é de acesso público. São consideradas informações públicas todos os dados, documentos e conteúdos que não possuem qualquer restrição de acesso e que apresentam interesse público.

Hipóteses legais de restrição de acesso a documentos e processos no SEI - UFJ

As opções “Restrito” e “Sigiloso” devem ser utilizadas para processos e documentos que contenham informações pessoais ou informações protegidas por legislação específica.

<div>Informações Pessoais Art. 31 da Lei nº 12.527/2011 e Lei nº 13.709/2018</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Protege informação sobre pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.</div> <div><ul style="list-style-type: none">Identificação pessoal (nome, idade, número de telefone, e-mail pessoal, etnia etc.). Ex.: RG, CPF, título de eleitor, reservista, carteira de habilitação, passaporte etc;Identificação de domicílio (número de telefone, endereço etc.). Ex.: contas de consumo (água, luz, telefone etc.).Identificação de trajetória acadêmica e profissional em documentos em que constem informações pessoais, como, por exemplo, o telefone, e-mail pessoal, número de CPF e documento de identificação. Ex.: currículo, diplomas, certificados etc.Identificação de situação financeira e patrimonial (dados bancários, relação de bens etc.). Ex.: cartão de banco, fatura de cartão de crédito, declaração de imposto de renda, inventário, contratos etc.Dados pessoais sensíveis (origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico).</div>	
<div>Documento Preparatório Art. 7º, § 3º da Lei nº 12.527/2011</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Protege documento utilizado como fundamento da tomada de decisão de um ato administrativo até a conclusão desse ato.</div> <div>A regra é que documentos preparatórios podem ser divulgados, seguindo o princípio da transparência previsto na LAI. Porém, se a divulgação antecipada puder prejudicar a Administração ou a sociedade, o órgão público pode adiar o acesso até a decisão final, desde que explique o motivo e comprove o risco ao interesse público.</div>	<div>Documentos preparatórios podem ter acesso restrito apenas até a edição do ato administrativo ao qual servem de fundamento. Após a publicação da decisão, o documento preparatório torna-se público.</div> <div>O documento preparatório não implica sigilo automático. A transparência deve ser preservada sempre que possível. Só se pode restringir temporariamente o acesso se houver fundado risco de prejudicar a decisão em curso. No geral, vale o princípio da divulgação: quando não houver motivo concreto para sigilo, o documento preparatório deve ser disponibilizado.</div>
<div>Informações Bancárias Art. 1º da LC nº 105/2021</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Trata-se do sigilo bancário, garantindo a confidencialidade das informações e operações realizadas por clientes de instituições financeiras. O sigilo bancário se aplica a todas as informações e operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas em instituições financeiras.</div>	<div>Nesse caso, os dados protegidos são os referentes a serviços típicos de conta, como aplicações financeiras, transferências e depósitos. Documentos como extratos bancários, registros de operações bancárias com dados bancários etc.</div>
<div>Controle Interno Art. 26, §3º da Lei nº 10.180/2001</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Trata-se de resguardar o sigilo sobre dados e informações sigilosos pertinentes aos assuntos a que o agente público tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções de controle interno.</div>	<div>O artigo 26, §3º da Lei nº 10.180/2001 garante que os servidores do controle interno possam exercer suas funções com a devida segurança e sigilo, utilizando as informações obtidas exclusivamente para fins de análise e avaliação. Por exemplo: documentos relacionados a procedimentos de auditoria.</div>
<div>Investigação de Responsabilidade de Servidor Art. 150 da Lei nº 8.112/1990</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Trata da investigação de responsabilidade administrativa de servidores públicos. Refere-se ao fato de que a Comissão do Processo Disciplinar deverá exercer suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.</div>	<div>Por exemplo: Processo Administrativo Disciplinar (PAD), sindicância etc.</div>
<div>Protocolo - pendente análise de restrição de acesso Art. 6º, III, da Lei nº 12.527/2011</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Quando um documento ou processo recebe a classificação de "Pendente de Análise de Restrição de Acesso", significa que ele está passando por uma avaliação para determinar se seu conteúdo deve ser restrito ao público em geral. Essa análise é crucial para garantir a proteção de informações sigilosas e pessoais, conforme previsto na LAI.</div>	<div>É uma situação utilizada quando ainda não foi definida qual será o nível de acesso (público, restrito ou sigiloso) de um documento ou processo. O órgão ainda está analisando se o conteúdo contém informações que possam sofrer alguma restrição de acesso, como informações pessoais ou informações protegidas por legislação específica. Durante essa análise preliminar, o conteúdo não é automaticamente público.</div>
<div>Segredo de Justiça no Processo Civil Art. 87 do Código de Processo Civil</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>Trata-se de hipótese em que há processo judicial civil com segredo de justiça. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos que envolvem interesse público ou social, questões de família, proteção da intimidade das partes ou arbitragens com cláusula de confidencialidade.</div>	<div>Documentos relacionados a ações referente a pensão alimentícia, divórcio, guarda de menores etc. Sua aplicação deve ser fundamentada e restrita aos casos em que a divulgação das informações possa causar prejuízos.</div>
<div>Segredo de Justiça no Processo Penal Art. 201, § 6º do Código de Processo Penal</div> <div>Acesso restrito</div>	<div>O segredo de justiça deve ser decretado quando a divulgação de informações contidas nos autos do processo puder causar danos à vítima, expondo-a à divulgação indevida; constrangimentos: ameaças ou retaliações.</div>	<div>O segredo de justiça é uma ferramenta importante para proteger a dignidade e a integridade da vítima de um crime. Ao garantir o anonimato da vítima, o segredo de justiça incentiva que as pessoas denunciem crimes e colaborem com a justiça.</div>

<div>Direito Autoral Art. 24, III da Lei nº 9.610/1998</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>É garantido ao autor o direito moral de manter a obra inédita ou decidir se, quando e como ela será divulgada, protegendo sua vontade e sua privacidade quanto à publicação.</p>	<p>Em razão desse direito, a divulgação sem autorização pode ser vedada, justificando a restrição de acesso ao documento. Indica que a publicação da obra depende da autorização do autor. Sem esse consentimento, o documento pode ter acesso restrito até decisão do titular.</p>
<div>Informações Privilegiadas de Sociedades Anônimas Art. 155, §2º, da Lei nº 6.404/1976</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Trata-se do sigilo comercial. Refere-se à proteção de informações comerciais e estratégicas das Sociedades Anônimas (SA). Administradores devem guardar sigilo sobre fatos ou dados relevantes ainda não divulgados ao mercado, evitando vazamentos que possam gerar vantagem indevida ou prejuízo à companhia.</p>	<p>Para que serve essa hipótese? Proteger segredos comerciais, estratégicos e financeiros; evitar manipulação de mercado ou uso indevido de informações privilegiadas; permitir que documentos com dados sensíveis de S.A. sejam classificados com acesso restrito até a divulgação oficial. Indica a proteção de informações estratégicas e relevantes de sociedades anônimas que ainda não foram divulgadas ao mercado, justificando a restrição de acesso.</p>
<div>Interceptação de Comunicações Telefônicas Art. 8º da Lei nº 9.296/1996:</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>No caso de existirem nos autos do processo administrativo algum arquivo de interceptação de comunicação telefônica, este deve ser restrito, com a preservação de diligências, gravações e transcrições. É mais utilizado no contexto de atividade policial ou no âmbito de processo judicial criminal.</p>	<p>Protege os registros de interceptações telefônicas, que devem permanecer sob sigilo e só podem ser acessados mediante autorização judicial.</p>
<div>Livros e Registros Contábeis Empresariais Art. 1.190 do Código Civil</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Essa hipótese justifica que documentos contábeis empresariais podem ter acesso restrito. Isso evita a divulgação indevida de informações de empresas, respeita o sigilo previsto no Código Civil e protege os interesses da sociedade empresarial. Por isso, a lei prevê que esses documentos não devem ser divulgados publicamente de forma rotineira.</p>	<p>Trata da restrição de acesso aos livros e registros contábeis empresariais, resguardando a privacidade e o sigilo da pessoa jurídica.</p>
<div>Proteção da Propriedade Intelectual de Software Art. 2º da Lei nº 9.609/1998</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Protege trechos de programa de computador e outros dados considerados suficientes para identificá-lo, considerando sua originalidade.</p>	<p>O programa de computador (software) é protegido como obra intelectual, aplicando-se a ele, no que couber, o regime dos direitos autorais. Ou seja, desde a criação, o autor ou titular detém direitos exclusivos sobre o software, documentação e demais elementos protegíveis.</p>
<div>Segredo Industrial Art. 195, XIV, Lei nº 9.279/1996</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Essa restrição visa impedir a divulgação, exploração ou utilização, sem autorização, de resultados de testes ou outros dados não divulgados, cuja elaboração envolva esforço considerável e que tenham sido apresentados a entidades governamentais como condição para aprovar a comercialização de produtos.</p>	<p>Protege inventos, criações industriais, patentes etc. Protege o segredo industrial ao punir a divulgação ou uso indevido de informações confidenciais de empresas, assegurando a competitividade e a integridade de processos e tecnologias.</p>
<div>Sigilo das Comunicações Art. 3º, V, da Lei nº 9.472/1997</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Trata-se de hipótese de restrição destinada a evitar a divulgação de informações sensíveis obtidas por meio de serviços de telecomunicação, garantindo a proteção de dados de comunicação, cadastros, registros de chamadas e demais informações geradas ou armazenadas nesses serviços.</p>	<p>Protege o sigilo das comunicações, garantindo que transmissões telefônicas e eletrônicas não sejam acessadas ou divulgadas sem autorização, preservando a privacidade dos usuários.</p>
<div>Sigilo de Empresa em Situação Falimentar Art. 169 da Lei nº 11.101/2005</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Atos, documentos e informações relacionados ao processo falimentar podem ser mantidos sob sigilo para preservar interesses da empresa, dos credores e da própria condução do processo. O objetivo é evitar que a divulgação prematura de dados sensíveis cause prejuízos econômicos, jurídicos ou comprometa a recuperação de ativos.</p>	<p>Essa regra permite manter em sigilo algumas informações de empresas que estão em processo de falência, para evitar prejuízos. Assim, dados importantes sobre a situação da empresa ficam protegidos até que possam ser divulgados sem causar danos.</p>
<div>Sigilo do Inquérito Policial Art. 20 do Código de Processo Penal</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Essa hipótese de restrição deve ser aplicada quando, dentro dos autos do processo administrativo, estiver anexado um inquérito policial, considerando que este, em regra, tramita em sigilo para proteção da investigação, direito de defesa e preservação da intimidade dos envolvidos.</p>	<p>Garante sigilo ao inquérito policial para proteger as investigações e evitar que a divulgação de informações prejudique a coleta de provas ou exponha indevidamente os envolvidos.</p>
<div>Situação Econômico-Financeira de Sujeito Passivo Art. 198, caput, da Lei nº 5.172/1966</div> <div>Acesso restrito</div>	<p>Impede que sejam divulgadas informações sobre a situação econômica ou financeira de pessoas ou empresas. A regra existe para proteger a privacidade e o sigilo fiscal. Restringe a divulgação de informações fiscais e econômico-financeiras de pessoas ou empresas, preservando o sigilo fiscal e protegendo dados sensíveis obtidos pela administração.</p>	<p>Documentos com informações econômico-financeiras cuja divulgação resulte em riscos ao cidadão, instituição e/ou empresa.</p>

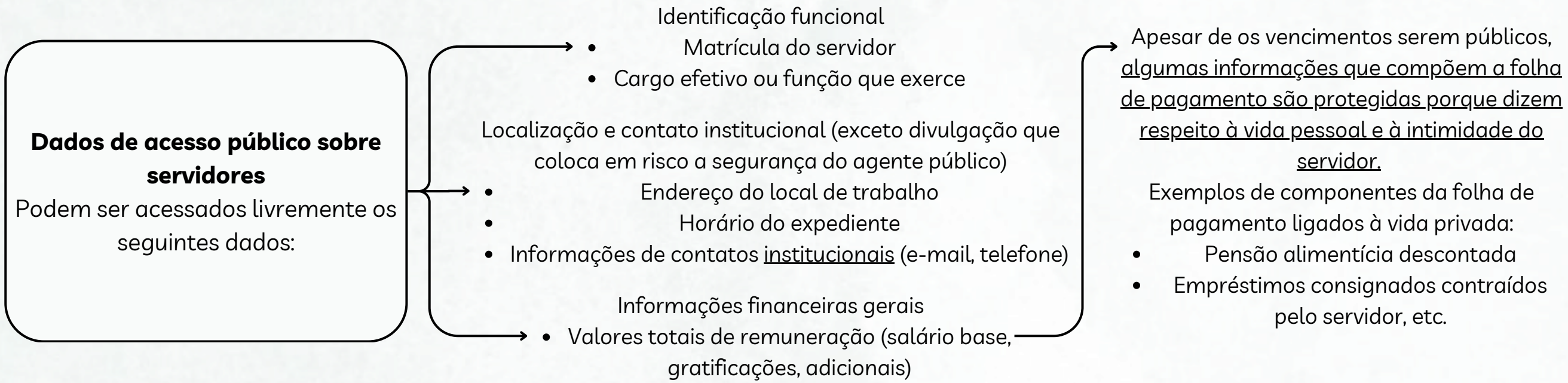
Portanto, é essencial que os usuários verifiquem atentamente o conteúdo dos documentos no momento de sua inserção no SEI, sejam eles documentos internos ou externos. O cuidado na etapa de produção assegura o tratamento adequado das informações, evitando prejuízos ao servidor, aos discentes, ao cidadão e à administração pública.

Como funciona a divulgação de dados de servidores?



Nem todas as informações sobre servidores públicos têm acesso restrito. Muitas delas já são públicas e aparecem regularmente no Diário Oficial ou no Portal da Transparência quando há nomeações, exonerações, afastamentos ou divulgação de vencimentos.

Informações relacionadas ao exercício da função pública e ao uso de recursos públicos devem ser acessíveis a qualquer cidadão. Isso ocorre porque servidores públicos trabalham com dinheiro e competências do Estado, e a sociedade tem direito de conhecer como esses recursos e poderes estão sendo utilizados.

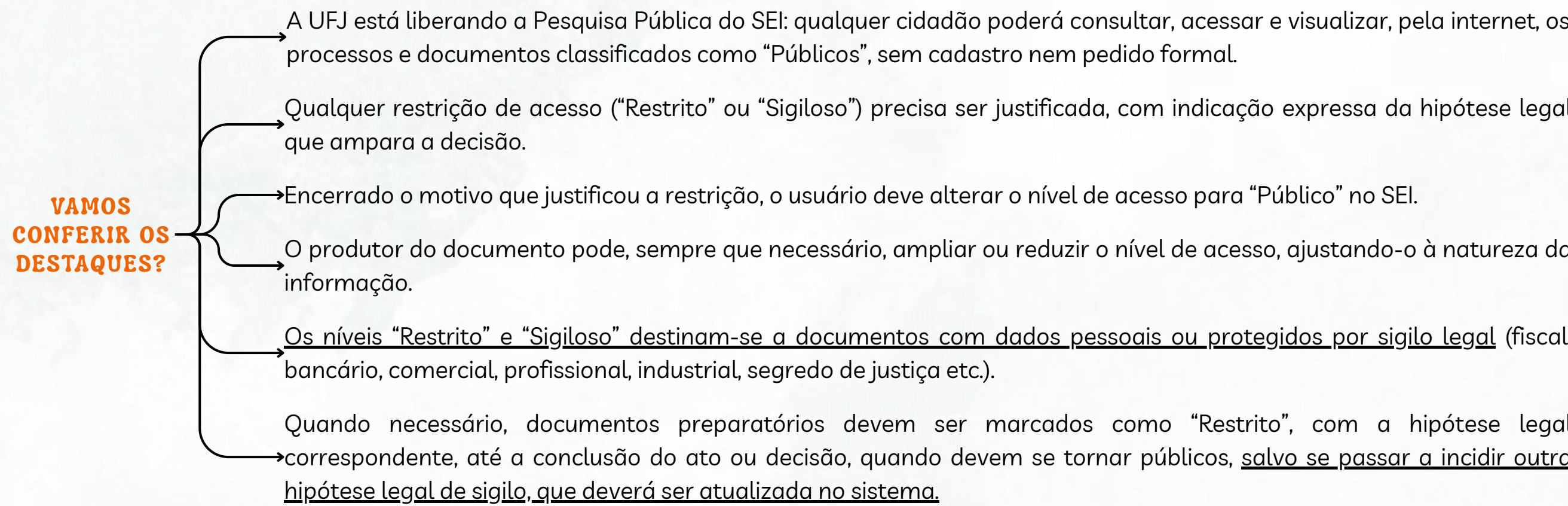


Informações relacionadas à intimidade dos servidores devem ser protegidas. Isso inclui dados sobre seu estado de saúde e de seus familiares, bem como dados pessoais e pessoais sensíveis que possam identificá-los. Procedimentos investigatórios e informações sobre processos de apuração de responsabilidade também devem permanecer restritos até a conclusão da investigação, quando a divulgação seja essencial e permitida por norma.



Lembre-se: A transparência é a regra na administração pública. A restrição de acesso é a exceção e só se justifica quando protege direitos fundamentais (privacidade, segurança, intimidade) ou quando contempla outras hipóteses legais previstas em lei.

Resumo Orientativo



A conscientização dos usuários sobre a assertividade e responsabilidade na classificação dos níveis de acesso no SEI é imprescindível. É necessário fortalecer uma nova cultura de gestão documental, baseada no tratamento adequado das informações, especialmente aquelas que exigem restrição de acesso.

A correta aplicação dos níveis “Público”, “Restrito” ou “Sigiloso” é responsabilidade de todos. Os níveis restritos devem ser utilizados somente quando o documento contiver informações pessoais, dados pessoais sensíveis ou estiver enquadrado em hipóteses legais de sigilo. O uso indevido pode comprometer a transparência ou expor informações que devem ser protegidas.

A UFJ está em fase de disponibilização da Pesquisa Pública do SEI ao público externo (módulo de consulta pública). Essa ferramenta permitirá que qualquer cidadão acesse e visualize processos e documentos classificados como “Públicos”, sem cadastro ou solicitação prévia. Por isso, é fundamental que os usuários estejam atentos aos impactos diretos e indiretos de uma classificação equivocada, seja pela restrição injustificada de informações, seja pela exposição indevida de dados protegidos.

Promover uma gestão responsável das informações no SEI é essencial para garantir transparência, segurança e conformidade com a LAI e a LGPD.

